

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto I

3 Reflexões para entender o pensamento de Zygmunt Bauman Sociólogo explora os efeitos do individualismo e da sociedade de consumo nas relações humanas modernas

O sociólogo polonês Zygmunt Bauman faleceu em janeiro de 2017, aos 91 anos. Suas mais de 50 obras e diversos artigos se dedicam a temas como o consumismo, a globalização e as transformações nas relações humanas.

Após ter servido durante a Segunda Guerra Mundial, Bauman fez parte do Partido Comunista Polaco e anos mais tarde se formou em Sociologia. Como professor na Universidade de Varsóvia, teve alguns de seus livros e artigos censurados e acabou afastado em 1968.

Após sofrer perseguições antisemitas na Polônia, partiu para a Grã-Bretanha e trabalhou como professor titular da Universidade de Leeds. De todas as suas contribuições, a obra *Modernidade e Holocausto* talvez tenha sido a mais emblemática e lhe rendeu, em 1989, o Prêmio Europeu Amalfi de Sociologia e Ciências Sociais. Conheça as principais conclusões de um dos pensadores mais influentes da atualidade:

A sociedade pós-moderna sofre mudanças em ritmo intenso

Para definir as condições da pós-modernidade e discutir as transformações do mundo moderno nos últimos tempos, o sociólogo sempre preferiu usar o termo “modernidade líquida”, por considerar “pós-modernidade” um conceito ideológico.

Bauman escolhe o “líquido” como metáfora para ilustrar o estado dessas mudanças: facilmente adaptáveis, fáceis de serem moldadas e capazes de manter suas propriedades originais. As formas de vida moderna, segundo ele, se assemelham pela vulnerabilidade e fluidez, incapazes de manter a mesma identidade por muito tempo, o que reforça esse estado temporário das relações sociais.

Há 100 anos, ser moderno significava buscar um ponto de perfeição e hoje representa o progresso constante, sem um resultado final único prestes a ser conquistado.

A estrutura familiar mudou drasticamente

Em entrevista ao canal *Quem Somos Nós?*, o professor Luís Mauro Sá Martino explica as transformações do conceito de “família” segundo Bauman: “A partir do século 19 ou 20, o afeto e amor surgem como elementos fundadores da família, mas nem sempre foi assim e não é por acaso que nosso imaginário sempre gostou de idealizar as histórias de amor”, observa.

“No passado, as pessoas casavam com quem os pais mandavam, mas os laços de uma família ainda eram algo sagrado. Hoje, por outro lado, constituímos várias “famílias”, assumindo as diferenças disso em relação ao mundo pré-moderno, com independência e também as dificuldades que essa pluralidade de relacionamentos pode trazer.”

As conexões no mundo moderno foram individualizadas

Bauman observa que o século 20 sofreu uma passagem da sociedade de produção para a sociedade de consumo. Com isso, também passamos pelo processo de fragmentação da vida humana e deixamos de pensar em termos de comunidade — a qual nação, grupos ou movimento político pertencemos. A identidade pessoal, após essa transformação, restringiu o significado e propósito da vida e da felicidade a tudo aquilo que acontece com cada pessoa individualmente.

“A ideia de progresso foi transferida da ideia de melhoria partilhada para a de sobrevivência do indivíduo”, resumiu o sociólogo em entrevista para a revista *Cult*. “O progresso é pensado não mais a partir do contexto de um desejo de corrida para a frente, mas em conexão com o esforço desesperado para se manter na corrida.”

QUESTÃO 01

Com base no Texto I, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) O termo “modernidade líquida”, utilizado por Zygmunt Bauman, foi escolhido porque melhor caracteriza a ruptura radical ocorrida nos últimos tempos entre as sociedades tradicionais do século anterior e as sociedades liberais.
- (B) As relações familiares na “modernidade líquida” refletem no processo de fragmentação da vida humana.
- (C) Bauman tem uma visão otimista da vida moderna, uma vez que para ele o corolário desta é: maior independência do ser humano, que antes estava preso a dogmas arcaicos; relativização do conceito de família, que passa a abranger possibilidades mais justas em sua organização e a possibilidade de uma melhoria social que repercuta em todos os seus cidadãos.
- (D) Conforme o texto, há um contraste entre a ideia de progresso e a ideia de sobrevivência do indivíduo, na medida em que a segunda ideia aos poucos absorve a primeira.
- (E) Hoje, aponta o texto, a sacralidade que constituiu por muito tempo a ideia de família foi posta de lado em favor de uma multiplicidade de relacionamentos que, muitas vezes, gera dificuldades diversas.

QUESTÃO 02

Nos itens a seguir, fazem-se entre parênteses assertivas sobre trechos do Texto I. Analise:

I - “Após sofrer perseguições antissemitas na Polônia, partiu para a Grã-Bretanha e trabalhou como professor titular da Universidade de Leeds”. (O período é composto por uma oração subordinada adverbial de tempo, uma oração principal e uma oração coordenada sindética).

II - “Bauman observa que o século 20 sofreu uma passagem da sociedade de produção para a sociedade de consumo.” (O termo em destaque introduz uma oração subordinada subjetiva objetiva direta à oração principal.)

III - “Bauman fez parte do **Partido Comunista** Polaco e anos mais tarde se formou em **Sociologia**.” (Ocorre na passagem uma oração coordenada assindética.)

Abaixo, assinale a alternativa correta:

- (A) Todas as assertivas estão incorretas.
- (B) Apenas a I está correta.
- (C) Somente a I e a III estão corretas.
- (D) Apenas a II está correta
- (E) Apenas a III está incorreta.

QUESTÃO 03

Sem prejuízo de sentido para o texto original, ainda que com alguma adequação linguística, em todos os trechos a seguir a palavra em destaque pode ser substituída pelo termo entre parênteses, exceto em:

- (A) “Após sofrer perseguições antissemíticas na Polônia, partiu para a Grã-Bretanha”. (judaicas)
- (B) “Como professor na Universidade de Varsóvia, teve alguns de seus livros e artigos censurados e acabou afastado em 1968”. (proibidos)
- (C) “[...] a obra *Modernidade e Holocausto* talvez tenha sido a mais emblemática e lhe rendeu, em 1989, o Prêmio Europeu Amalfi de Sociologia e Ciências Sociais”. (representativa)
- (D) “[...] nosso imaginário sempre gostou de idealizar as histórias de amor, observa.” (idear)
- (E) “Bauman escolhe o “líquido” como metáfora para ilustrar o estado dessas mudanças: facilmente adaptáveis, fáceis de serem moldadas e capazes de manter suas propriedades originais.” (predicados)

QUESTÃO 04

Considerando o excerto: “Sociólogo explora os efeitos do individualismo”, marque a alternativa em que aparece sublinhada a mesma função sintática do termo em destaque:

- (A) “O sociólogo polonês Zygmunt Bauman faleceu em janeiro de 2017 [...].”
- (B) “Após sofrer perseguições antissemitas na Polônia [...].”
- (C) “[...] a obra *Modernidade e Holocausto* talvez tenha sido a mais emblemática e lhe rendeu, em 1989, o Prêmio Europeu Amalfi.”
- (D) “No passado, as pessoas casavam com quem os pais mandavam [...].”
- (E) “[...] não é por acaso que nosso imaginário sempre gostou de idealizar as histórias de amor”.

Texto II

Somos quem podemos ser

Um dia me disseram
Que as nuvens não eram de algodão
Um dia me disseram
Que os ventos às vezes erram a direção
E tudo ficou tão claro
Um intervalo na escuridão
Uma estrela de brilho raro
Um disparo para um coração
A vida imita o vídeo
Garotos inventam um novo inglês
Vivendo num país sedento
Um momento de embriaguez, nós
Somos quem podemos ser
Sonhos que podemos ter
Um dia me disseram
Quem eram os donos da situação
Sem querer eles me deram
As chaves que abrem esta prisão
E tudo ficou tão claro
O que era raro ficou comum
Como um dia depois do outro
Como um dia, um dia comum
A vida imita o vídeo
Garotos inventam um novo inglês
Vivendo num país sedento
Um momento de embriaguez, nós
Somos quem podemos ser
Sonhos que podemos ter
Um dia me disseram
Que as nuvens não eram de algodão
Um dia me disseram
Que os ventos às vezes erram a direção
Quem ocupa o trono tem culpa
Quem oculta o crime também
Quem duvida da vida tem culpa
Quem evita a dúvida também tem, também tem
Somos quem podemos ser
Sonhos que podemos ter

QUESTÃO 05

Sobre o Texto II, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- (A) A partir da expressão “um dia me disseram”, o autor contrapõe dois momentos vividos pelo eu lírico: um momento de lucidez que é sucedido por outro de fuga da realidade.
- (B) O senso comum segundo o qual nossas escolhas são independentes, ou seja, só dependem de nós, é falso.
- (C) O eu lírico passa a ter, a partir de certo momento, uma visão mais cética do mundo.
- (D) De certa forma, a alienação do sujeito corresponde a uma prisão.
- (E) As pessoas alienadas não podem se eximir da responsabilidade de construir uma sociedade melhor.

QUESTÃO 06

O Texto II é construído com base no sentido conotativo da linguagem. Dentre as figuras de linguagem que aparecem no texto, uma é preponderante na primeira estrofe. Qual?

- (A) Metáfora
- (B) Metonímia
- (C) Hipérbato
- (D) Eufemismo
- (E) Comparação

QUESTÃO 07

No Texto II, a experiência vivida pelo eu lírico se realiza a partir de ações explicitadas por verbos. Quanto ao uso das formas verbais, assinale abaixo a alternativa em que o verbo em destaque deve ser pluralizado para que haja a concordância adequada.

- (A) Não pode haver contendidas.
- (B) Já começa a haver chuvas.
- (C) Desejo que haja sobrado alguns docinhos.
- (D) Quanto ao clima, em junho deve haver dias melhores em Cuiabá.
- (E) Feito isso, não haveria maiores alegrias do que o prêmio.

QUESTÃO 08

Na passagem: “Um dia me disseram/ Que os ventos às vezes erram a direção”, o uso da crase se justifica pelo mesmo motivo explícito na alternativa:

- (A) Estivemos cara à cara com a morte.
- (B) De 10 à 20 de dezembro estarei viajando.
- (C) Desprezou o computador e foi à festa divertir-se.
- (D) Mesmo o navio aportando, não desceu à terra de seus pais.
- (E) Com a tempestade, o barco ficou à deriva.

O fragmento a seguir serve de base para responder às questões 9 e 10. Para tanto, todas as vírgulas foram propositalmente retiradas.

- 1 Nós representantes do povo brasileiro reunidos em Assembleia
- 2 Nacional Constituinte para instituir um Estado democrático
- 3 destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e
- 4 individuais a liberdade a segurança o bem-estar o desenvolvimento
- 5 a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade
- 6 fraterna pluralista e sem preconceitos fundada na harmonia
- 7 social e comprometida na ordem interna e internacional com a solução
- 8 pacífica das controvérsias promulgamos sob a proteção de Deus
- 9 a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil.

BRASIL, Constituição da República de 1988. Preâmbulo. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

QUESTÃO 09

No que tange ao uso da vírgula, analise as linhas de 1 a 9 e, considerando o texto como um todo, responda:

- (A) Não há incidência de vírgulas somente nas linhas 1, 7 e 9.
- (B) Há incidência de vírgulas somente nas linhas 4, 6 e 8.
- (C) Há incidência de vírgulas somente nas linhas 2, 5 e 7.
- (D) Não há incidência de vírgulas na linha 8.
- (E) Não há incidência de vírgulas nas linhas 3, 5 e 9.

QUESTÃO 10

Observe a acentuação gráfica dos vocábulos: *nós*, *democrático*, *exercício*. Respectivamente, são acentuadas graficamente, devido à mesma regra, as palavras:

- (A) cipós, política, história.
- (B) fé, técnico, ciência.
- (C) até, artístico, república.
- (D) harmônicos, controvérsias, nó.
- (E) só, disponível, vocabulário.

LEGISLAÇÃO

QUESTÃO 11

Com base na Lei 8.027/1990, em qual item a penalidade de demissão **NÃO** será aplicada?

- (A) Improbidade administrativa.
- (B) Insubordinação grave em serviço.
- (C) Ofensa física, em serviço, a servidor público ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem.
- (D) Procedimento desidioso, assim entendido a falta ao dever de diligência no cumprimento de suas atribuições.
- (E) Recusar fé a documentos públicos.

QUESTÃO 12

As ações destinadas a levar a efeitos as sanções previstas na Lei 8.429/92 podem ser propostas:

- (A) Até três anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.
- (B) Até dois anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.
- (C) Até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.
- (D) Até um ano após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.
- (E) Até dez anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.

QUESTÃO 13

Com base na Lei 8.112/1990, assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) Readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.
- (B) Reversão é a passagem do servidor estável de cargo efetivo para outro de igual denominação, pertencente a quadro de pessoal diverso, do órgão ou instituição do mesmo Poder.
- (C) Reintegração é a investidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.
- (D) Readaptação é a reinvestidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.
- (E) O retorno à atividade de servidor em disponibilidade far-se-á mediante aproveitamento facultativo em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.

QUESTÃO 14

Com base na Lei 8.112/1990, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- (A) A responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposos, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.
- (B) O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.
- (C) Tratando-se de dano causado a terceiros, responderá o servidor perante a Fazenda Pública, em ação regressiva.
- (D) A obrigação de reparar o dano não poderá se estender aos sucessores e contra eles não será executada.
- (E) A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

QUESTÃO 15

Assinale a alternativa **CORRETA** quanto à modalidade do crime descrito: servidora pública, ocupante do cargo de escrevente judicial, que, juntamente com o juiz da Comarca das Flores, apropriou-se de dinheiro público de que tem posse em razão do cargo.

- (A) Peculato.
- (B) Inserção de dados falsos em sistema de informação.
- (C) Emprego irregular de verbas.
- (D) Corrupção passiva.
- (E) Condescendência criminosa.

QUESTÃO 16

Analise a situação hipotética: servidora pública Ana das Flores, ocupante do cargo de fiscal de tributos, exige tributo indevido, e, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza. Assinale a alternativa **CORRETA** que corresponde ao crime praticado por Ana das Flores.

- (A) Concussão e excesso de exação.
- (B) Facilitação de contrabando ou descaminho.
- (C) Excesso de exação.
- (D) Corrupção passiva.
- (E) Violência arbitrária.

QUESTÃO 17

Com base na Constituição Federal de 1988, ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, não se aplica a seguinte disposição:

- (A) Tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função.
- (B) Investido no mandato de prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- (C) Para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.
- (D) Em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.
- (E) Tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, perderá seu cargo, emprego ou função.

QUESTÃO 18

Dos atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário, assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) Permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço inferior ao de mercado.
- (B) Frustrar a licitude de processo licitatório ou de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades com fins lucrativos, ou dispensá-los indevidamente.
- (C) Celebrar parcerias da administração pública com entidades privadas com a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.
- (D) Agir negligentemente na arrecadação de tributo ou renda, bem como no que diz respeito à conservação do patrimônio público.
- (E) Conceder benefício administrativo ou fiscal com a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.

QUESTÃO 19

Com base na Lei 8.112/1990, assinale a alternativa **INCORRETA**.

Ao servidor será concedido licença por:

- (A) Motivo de doença em pessoa da família.
- (B) Motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro.
- (C) Para desempenho de mandato classista.
- (D) Para capacitação.
- (E) Para assumir concurso em outro órgão.

QUESTÃO 20

Com base no Decreto 1.171/1994, assinale a assertiva **CORRETA**.

- (A) A dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais são primados maiores que devem nortear o servidor público, seja no exercício do cargo ou função, ou fora dele, já que refletirá o exercício da vocação do próprio poder estatal. Seus atos, comportamentos e atitudes serão direcionados para a preservação da honra e da tradição dos serviços públicos.
- (B) O servidor deve prestar toda a sua atenção às ordens legais de seus superiores, velando atentamente por seu cumprimento, e, assim, evitando a conduta negligente. Os repetidos erros, o descaso e o acúmulo de desvios tornam-se, às vezes, difíceis de corrigir e caracterizam até mesmo crime doloso no desempenho da função pública.
- (C) Toda ausência injustificada do servidor de seu local de trabalho é fator de desmoralização do serviço público, o que quase sempre conduz à desordem nas relações profissionais e ações trabalhistas.
- (D) O trabalho desenvolvido pelo servidor público perante a comunidade não deve ser entendido como acréscimo ao seu próprio bem-estar, já que, como cidadão, integrante da sociedade, o êxito desse trabalho pode ser considerado como seu maior patrimônio.
- (E) A moralidade da Administração Pública se limita à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida da ideia de que o fim é sempre o bem comum. O equilíbrio entre a legalidade e a finalidade, na conduta do servidor público, é que poderá consolidar a moralidade do ato administrativo.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 21

De acordo com o Código de Ética Profissional do Contador (NBC PG 01), são deveres em relação aos colegas:

- (A) Não informar aos órgãos competentes sobre irregularidades comprovadamente ocorridas na administração de entidade da classe contábil.
- (B) Abster-se da aceitação de encargo profissional em substituição a colega que dele tenha desistido para preservar a dignidade ou os interesses da profissão ou da classe, desde que permaneçam as mesmas condições que ditaram o referido procedimento.
- (C) Deixar de prestar sua cooperação moral, intelectual e material, salvo circunstâncias especiais que justifiquem a sua recusa.
- (D) Evitar abster-se de fazer referências prejudiciais ou de qualquer modo desabonadoras.
- (E) Participar ou ser conivente com erro ou atos infringentes de normas técnicas, éticas ou legais que regem o exercício da profissão, espírito de solidariedade, mesmo na condição de empregado.

QUESTÃO 22

Em relação aos diferentes aspectos da contabilidade aplicada ao setor público (CASP), é importante a compreensão do aspecto orçamentário, do aspecto patrimonial e do aspecto fiscal para melhor interpretar as informações contábeis. Nesse sentido, segundo o *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público* (8ª edição), pode-se afirmar que:

- (A) O aspecto patrimonial compreende a apuração e evidenciação, por meio da contabilidade, dos indicadores estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), entre os quais se destacam os da despesa com pessoal, das operações de crédito e da dívida consolidada, além da apuração da disponibilidade de caixa, do resultado primário e do resultado nominal, a fim de verificar-se o equilíbrio das contas públicas.
- (B) O aspecto fiscal compreende o registro e a evidenciação da composição patrimonial do ente público. Nesse aspecto, devem ser atendidos os princípios e as normas contábeis voltadas para o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação dos ativos e passivos e de suas variações patrimoniais.
- (C) O aspecto patrimonial compreende o registro e a evidenciação do orçamento público, tanto quanto à sua aprovação quanto à sua execução.
- (D) No aspecto orçamentário, os registros de natureza orçamentária são base para a elaboração do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e dos Balanços Orçamentário e Financeiro, que representam os principais instrumentos para refletir esse aspecto.
- (E) O Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) representam os principais instrumentos para evidenciar o aspecto orçamentário.

QUESTÃO 23

Segundo a NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, as demonstrações contábeis retratam os efeitos financeiros e não financeiros das transações e outros eventos, ao agrupá-los em classes amplas que compartilham características econômicas comuns. Essas classes amplas são denominadas elementos das demonstrações contábeis. Sobre os elementos das demonstrações contábeis, é **CORRETO** afirmar:

- (A) Ativo é um recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento futuro. A forma física não é uma condição necessária para um recurso.
- (B) Despesa corresponde a diminuições na situação patrimonial líquida da entidade oriundas de distribuições aos proprietários.
- (C) Distribuição aos proprietários corresponde à entrada de recursos para a entidade a título de contribuição de partes externas, que estabelece ou aumenta a participação delas no patrimônio líquido da entidade.
- (D) Despesa corresponde a aumentos na situação patrimonial líquida da entidade não oriundos de contribuições dos proprietários.
- (E) Passivo é uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade. A obrigação que pode ser liquidada ou extinta sem a saída de recursos da entidade não é um passivo.

QUESTÃO 24

Sabe-se que, em consonância com a NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, o item deve ser reconhecido nas demonstrações contábeis quando satisfizer a definição de elemento e quando puder ser mensurado, de maneira que observe as características qualitativas, levando em consideração as restrições sobre a informação incluída nos Relatórios Contábeis de Propósito Geral. No que tange às bases de mensuração, marque a alternativa **CORRETA**.

- (A) No nível de estrutura conceitual, não é possível identificar uma única base de mensuração que melhor atenda ao objetivo da mensuração.
- (B) Para os passivos, as seguintes bases de mensuração são identificadas: custo histórico, valor de mercado, custo de reposição, preço líquido de venda e valor em uso.
- (C) Custo histórico, custo de liberação e preço presumido são algumas bases de mensuração identificadas para os ativos.
- (D) As bases de mensuração podem fornecer valores de entrada e valores de saída. Para o passivo, os valores de entrada refletem o custo da compra.
- (E) Os valores de entrada refletem os benefícios econômicos da venda e também o montante que será obtido com a utilização do ativo.

QUESTÃO 25

Para que seja possível a contabilização ou registro dos fatos contábeis, é necessário o entendimento de algumas definições, conceitos e nomenclaturas. Conforme estabelece a NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado, o significado de Valor Contábil é:

- (A) O custo do ativo ou outro montante que substitua seu custo, menos seu valor residual.
- (B) É o montante estimado que a entidade obteria com a alienação do ativo, após deduzir as despesas estimadas de venda, caso o ativo já tivesse a idade, a condição e o tempo de uso esperados para o fim de sua vida útil.
- (C) É o montante pelo qual um ativo é reconhecido após a dedução da depreciação acumulada e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.
- (D) É a alocação sistemática do valor depreciável de ativo ao longo da sua vida útil.
- (E) É o valor presente dos fluxos de caixa que a entidade espera obter com o uso contínuo do ativo e com a alienação ao final da sua vida útil ou incorrer para a liquidação do passivo.

QUESTÃO 26

Em observância aos preceitos da NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado, alguns critérios devem ser utilizados para reconhecer o custo de um item do Ativo Imobilizado. Nas sentenças a seguir, a única alternativa que representa um exemplo de gasto que não faz parte do custo de um item do imobilizado é:

- (A) Seu preço de compra, acrescido de impostos de importação e tributos não recuperáveis sobre a compra, após deduzidos os descontos comerciais e abatimentos.
- (B) Honorários profissionais, custos de instalação e montagem, custos de fretes e manuseio.
- (C) Custos com testes para verificar se o ativo está funcionando corretamente, após dedução das receitas líquidas decorrentes da venda de qualquer item produzido enquanto se coloca o ativo nesse local e condição.
- (D) Despesas administrativas e outros gastos indiretos, gastos de abertura de nova instalação, gastos incorridos na introdução de novos produtos ou serviços, gastos de transferência das atividades para novo local.
- (E) Custos de benefícios a empregados decorrentes diretamente da construção ou aquisição do item do ativo imobilizado.

QUESTÃO 27

A NBC T 16.11 – Sistema de Informação de Custos do Setor Público estabelece a conceituação, o objeto, os objetivos e as regras básicas para mensuração e evidenciação dos custos no setor público, sendo apresentado, nesta Norma, como Subsistema de Informação de Custos do Setor Público (SICSP). O SICSP registra, processa e evidencia os custos de bens e serviços e outros objetos de custos, produzidos e oferecidos à sociedade pela entidade pública. Nesse contexto, é **INCORRETO** afirmar que:

- (A) O SICSP de bens e serviços e outros objetos de custos públicos tem por objetivo, entre outros, mensurar, registrar e evidenciar os custos dos produtos, serviços, programas, projetos, atividades, ações, órgãos e outros objetos de custos da entidade.
- (B) O SICSP é apoiado em três elementos: sistema de acumulação; sistema de custeio e método de custeio.
- (C) Sistema de acumulação corresponde à forma como os custos são acumulados e apropriados aos bens e serviços e outros objetos de custos e está relacionado ao fluxo físico e real da produção.
- (D) Sistema de custeio está associado ao modelo de mensuração e, desse modo, podem ser custeados os diversos agentes de acumulação, de acordo com diferentes unidades de medida, dependendo das necessidades dos tomadores de decisões.
- (E) Método de custeio é o sistema de acumulação que compreende especificações predeterminadas do serviço ou produto demandado, com tempo de duração limitado.

QUESTÃO 28

O SIAFI é o principal instrumento utilizado para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Governo Federal. Assinale a alternativa que **NÃO** corresponde aos objetivos do SIAFI:

- (A) Assegurar a gestão dos fornecedores de materiais e serviços para órgãos/entidades da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional.
- (B) Prover mecanismos adequados ao controle diário da execução orçamentária, financeira e patrimonial aos órgãos da Administração Pública.
- (C) Fornecer meios para agilizar a programação financeira, otimizando a utilização dos recursos do Tesouro Nacional, através da unificação dos recursos de caixa do Governo Federal.
- (D) Permitir que a contabilidade pública seja fonte segura e tempestiva de informações gerenciais destinadas a todos os níveis da Administração Pública Federal.
- (E) Padronizar métodos e rotinas de trabalho relativas à gestão dos recursos públicos, sem implicar rigidez ou restrição a essa atividade, uma vez que ele permanece sob total controle do ordenador de despesa de cada unidade gestora.

QUESTÃO 29

Conforme disposto na NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, no regime de competência, transações e outros eventos são reconhecidos quando ocorrem (não necessariamente quando caixa e equivalentes de caixa são recebidos ou pagos). Observando o regime de competência e considerando apenas os eventos listados no quadro a seguir, a sociedade apura como resultado, em dezembro de 2018:

Despesa de dezembro de 2018	paga em janeiro de 2019	R\$ 50.000,00
Receita de janeiro de 2019	recebida em dezembro de 2018	R\$ 90.000,00
Despesa de janeiro de 2019	paga em dezembro de 2018	R\$ 45.000,00
Despesa de dezembro de 2018	paga em dezembro de 2018	R\$ 35.000,00
Receita de dezembro de 2018	recebida em janeiro de 2019	R\$100.000,00

- (A) Resultado negativo de R\$35.000,00
- (B) Resultado positivo de R\$15.000,00
- (C) Resultado positivo de R\$90.000,00
- (D) Resultado negativo de R\$130.000,00
- (E) Resultado positivo de R\$60.000,00

QUESTÃO 30

Considerando o exposto no *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público* (8ª edição), os Princípios Orçamentários visam estabelecer diretrizes norteadoras básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência para os processos de elaboração, execução e controle do orçamento público. Válidos para os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos – União, estados, Distrito Federal e municípios – são estabelecidos e disciplinados por normas constitucionais, infraconstitucionais e pela doutrina. Nesse âmbito, marque a alternativa **CORRETA**.

- (A) O princípio da exclusividade, previsto no § 8º do art. 165 da Constituição Federal, estabelece que a LOA não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa. Ressalvam-se dessa proibição a autorização para abertura de crédito suplementar e a contratação de operações de crédito, nos termos da lei.
- (B) O princípio do orçamento bruto, previsto pelo art. 6º da Lei 4.320/1964, obriga registrarem-se receitas e despesas na LOA pelo valor líquido, ou seja, com suas deduções.
- (C) O princípio da unidade ou totalidade, estabelecido, de forma expressa, pelo caput do art. 2º da Lei 4.320/1964, recepcionado e normatizado pelo § 5º do art. 165 da Constituição Federal, determina que a LOA de cada ente federado deverá conter todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
- (D) O princípio da universalidade, de forma expressa, pelo caput do art. 2º da Lei 4.320/1964, determina existência de orçamento único para cada um dos entes federados – União, estados, Distrito Federal e municípios – com a finalidade de se evitarem múltiplos orçamentos paralelos dentro da mesma pessoa política.
- (E) O princípio da transparência está previsto no caput do art. 37 da Carta Magna de 1988. Justifica-se especialmente pelo fato de o orçamento ser fixado em lei, sendo esta a que autoriza aos Poderes a execução de suas despesas.

QUESTÃO 31

A Lei 4.320/64 estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Podemos afirmar que:

- (A) Acompanharão a Lei de Orçamento: sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do Governo.
- (B) Integrarão a Lei de Orçamento: quadros demonstrativos da receita e planos de aplicação dos fundos especiais.
- (C) Integrarão a Lei de Orçamento: quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação.
- (D) Acompanharão a Lei de Orçamento: quadro das dotações por órgãos do Governo e da Administração.
- (E) Acompanharão a Lei de Orçamento: quadro demonstrativo da receita e despesa, segundo as categorias econômicas.

QUESTÃO 32

Segundo o art. 12 da Lei 4.320/64, as despesas serão classificadas em categorias econômicas. Marque a alternativa **CORRETA**:

- (A) Despesas Correntes: despesas de custeio e transferências correntes; e Despesas de Capital: investimentos, inversões financeiras, transferências de capital.
- (B) Despesas de Capital: despesas de custeio e transferências correntes; e Despesas Correntes: investimentos, inversões financeiras, transferências de capital.
- (C) Classificam-se como transferências correntes as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.
- (D) Consideram-se despesas de custeio, para os efeitos desta lei, as transferências destinadas a cobrir despesas de custeio das entidades beneficiadas.
- (E) As subvenções econômicas são as que se destinam a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial ou cultural, sem finalidade lucrativa.

QUESTÃO 33

Os créditos adicionais, de acordo com a Lei 4.320/64, são as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento. Sobre o tema, está **CORRETO** dizer que:

- (A) Os créditos adicionais especiais são aqueles destinados a reforço de dotação orçamentária.
- (B) Os créditos adicionais suplementares são aqueles destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.
- (C) Os créditos adicionais especiais são aqueles destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.
- (D) Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.
- (E) A abertura dos créditos suplementares e extraordinários depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

QUESTÃO 34

Sobre a matéria orçamentária, está **INCORRETO** o que se afirma em:

- (A) Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e, os orçamentos anuais.
- (B) A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma globalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas correntes e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- (C) A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- (D) A Lei orçamentária anual compreenderá: o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações, instituídas e mantidas pelo Poder Público; o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto; o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.
- (E) O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

QUESTÃO 35

Quanto à dívida pública, a Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 29, incisos I a V, estabelece algumas definições. Marque alternativa **CORRETA**:

- (A) Dívida pública consolidada ou fundada: montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo inferior a 12 meses.
- (B) Dívida pública mobiliária: dívida pública representada por títulos emitidos pela União, excluídos os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios.
- (C) Concessão de garantia: compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.
- (D) Operação de crédito: compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada.
- (E) Refinanciamento da dívida mobiliária: emissão de títulos para pagamento do principal acrescido da atualização monetária.

QUESTÃO 36

Sobre transparência, controle e fiscalização na gestão fiscal, de acordo com o que preconiza a Lei de Responsabilidade Fiscal, é **CORRETO** afirmar:

- (A) São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.
- (B) As contas apresentadas pelo chefe do Poder Legislativo ficarão disponíveis, durante todo o exercício, no respectivo Poder Executivo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade.
- (C) Além de obedecer às demais normas de contabilidade pública, a escrituração das contas públicas observará, entre outras, a seguinte: a demonstração das mutações do patrimônio líquido dará destaque à origem e ao destino dos recursos provenientes da alienação de ativos.
- (D) O Poder Executivo da União promoverá, até o dia 30 de julho, a consolidação, nacional e por esfera de governo, das contas dos entes da Federação relativas ao exercício anterior e a sua divulgação, inclusive por meio eletrônico de acesso público.
- (E) Os Estados e os Municípios encaminharão suas contas ao Poder Executivo da União nos seguintes prazos: Municípios, com cópia para o Poder Executivo do respectivo Estado, até 31 de maio; Estados, até 30 de junho.

QUESTÃO 37

Sobre transparência, controle e fiscalização na gestão fiscal, de acordo com o que preconiza a Lei de Responsabilidade Fiscal, mais especificamente no que tange aos relatórios Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e de Gestão Fiscal (RGF), pode-se afirmar corretamente que:

- (A) O RREO conterá a indicação das medidas corretivas adotadas ou a adotar, se ultrapassado qualquer dos limites.
- (B) Ao final de cada semestre, será emitido, pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no art. 20 da LRF, Relatório de Gestão Fiscal.
- (C) No RREO, os valores referentes ao refinanciamento da dívida mobiliária constarão destacadamente nas receitas de operações de crédito e nas despesas com amortização da dívida.
- (D) Acompanharão o RGF, entre outros, os resultados nominal e primário.
- (E) O RREO será assinado pelo chefe do Poder Executivo, pelo chefe do Ministério Público, bem como pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno.

QUESTÃO 38

A Lei de Responsabilidade Fiscal, sobre a Prestação de Contas, aponta que:

- (A) Os Tribunais de Contas emitirão parecer prévio conclusivo sobre as contas no prazo de 90 dias do recebimento, se outro não estiver estabelecido nas constituições estaduais ou nas leis orgânicas municipais.
- (B) A prestação de contas evidenciará o desempenho da arrecadação em relação à previsão, destacando as providências adotadas no âmbito da fiscalização das receitas e combate à sonegação, as ações de recuperação de créditos nas instâncias administrativa e judicial, bem como as demais medidas para incremento das receitas tributárias e de contribuições.
- (C) Os Tribunais de Contas podem entrar em recesso mesmo se existirem contas de Poder ou órgão pendentes de parecer prévio.
- (D) A prestação de contas evidenciará o desempenho da arrecadação em relação à previsão, destacando as providências adotadas no âmbito da fiscalização das receitas e combate à sonegação, as ações de recuperação de créditos nas instâncias administrativa e judicial, excetuando as demais medidas para incremento das receitas tributárias e de contribuições.
- (E) Os Tribunais de Contas emitirão parecer prévio conclusivo sobre as contas no prazo de 120 dias do recebimento, se outro não estiver estabelecido nas constituições estaduais ou nas leis orgânicas municipais.

QUESTÃO 39

Sabendo que foram encontradas 1.000 unidades danificadas do Produto X, cujo custo unitário é de R\$ 40,00, é necessário realizar o ajuste de perdas de estoques para adequar ao valor realizável líquido. Considerando os procedimentos contábeis elucidados no *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público* (8ª edição), marque a alternativa que contém a contabilização correta do ajuste de perdas de estoques para adequar ao valor realizável líquido:

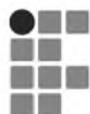
- (A) Natureza da informação: patrimonial
 D 3.6.1.8.x.xx VPD com Ajuste de Perdas de Estoques R\$ 30.000,00
 C 1.1.5.9.x.xx (-) Ajuste de Perdas de Estoques R\$ 40.000,00
- (B) Natureza da informação: patrimonial
 D 3.6.1.8.x.xx VPD com Ajuste de Perdas de Estoques R\$ 40.000,00
 C 1.1.5.9.x.xx (-) Ajuste de Perdas de Estoques R\$ 30.000,00
- (C) Natureza da informação: patrimonial
 C 3.6.1.8.x.xx VPD com Ajuste de Perdas de Estoques R\$ 40.000,00
 D 1.1.5.9.x.xx (-) Ajuste de Perdas de Estoques R\$ 40.000,00
- (D) Natureza da informação: patrimonial
 C 3.6.1.8.x.xx VPD com Ajuste de Perdas de Estoques R\$ 30.000,00
 D 1.1.5.9.x.xx (-) Ajuste de Perdas de Estoques R\$ 30.000,00
- (E) Natureza da informação: patrimonial
 D 3.6.1.8.x.xx VPD com Ajuste de Perdas de Estoques R\$ 40.000,00
 C 1.1.5.9.x.xx (-) Ajuste de Perdas de Estoques R\$ 40.000,00

QUESTÃO 40

Entre os métodos utilizados para o cálculo da depreciação, destaca-se o método das cotas constantes. Das informações listadas no quadro abaixo e considerando as prerrogativas expostas no *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público* (8ª edição), marque a alternativa **CORRETA**:

Valor Contábil Bruto	R\$ 5.800,00
Valor Residual	R\$ 800,00
Vida útil estimada	5 anos

- (A) O Valor Contábil Líquido, no final do terceiro ano, é de R\$ 4.800,00
 (B) A depreciação acumulada, no final do segundo ano, é de R\$ 1.000,00
 (C) A despesa de depreciação anual a ser contabilizada é de R\$ 800,00
 (D) O Valor Contábil Líquido, no final do quinto ano, é de R\$ 800,00
 (E) O Valor Contábil Líquido, no final do quinto ano, é de R\$ 5.000,00



CONCURSO PÚBLICO
TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO - Contador
Edital 0577/2019 - IFMT

FOLHA DE ANOTAÇÃO DO CANDIDATO

Nome do candidato _____

Questão	Alternativa
01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

Questão	Alternativa
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	